



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 16 de Dezembro de 2019

Novo fôlego da fuga de cérebros do país acende sinal de alerta

Violência, falta de verba para pesquisa e clima político explicam saída de profissionais qualificados

Por Anaïs Fernandes e Marcos de Moura e Souza — De São Paulo e de Belo Horizonte

Foi uma espécie de tempestade perfeita que fez o economista e professor carioca Claudio Ferraz deixar o Rio de Janeiro em julho deste ano, com a família, para morar e trabalhar em Vancouver, no Canadá, sem data para voltar. Limitações para desenvolver pesquisa, polarização política, mudanças no governo e escalada da violência estão entre os motivos que levaram Ferraz a aceitar um posto de professor na University of British Columbia - além, claro, da possibilidade de intercâmbio profissional.

Ferraz, que tem artigos publicados em periódicos internacionais de prestígio como a "American Economic Review" e o "Quarterly Journal of Economics", já havia recebido convites para sair do Brasil anteriormente, mas preferiu ficar. "Meu foco para analisar o mundo é através do Brasil, trabalhando com dados, analisando políticas públicas. Sempre tive a vantagem de estar perto de onde as coisas acontecem. E tem aquilo de fazer pesquisa com algum impacto no país, você sente que tem

dimensão útil. Isso sempre me atraiu ao Brasil", diz.

Seguir uma carreira acadêmica no Brasil é, segundo Ferraz, estar "sempre lutando contra uma série de barreiras"

O que aconteceu nos últimos anos que o levou, desta vez, a uma decisão diferente? "A primeira coisa foi a mudança política que começou no governo da Dilma [Rousseff], depois com o impeachment, que é essa crescente polarização e as várias consequências no dia a dia, desde brigas familiares até o estresse diário", diz Ferraz.

A polarização foi seguida por um governo, sob a liderança de Jair Bolsonaro, que, na visão do economista, torna difícil acompanhar os jornais. "Ter que acordar todos os dias e ler o que tem sido feito em ambiente, educação, para quem trabalha com educação superior, pesquisa, é deprimente. O sentimento é de um país que está indo para baixo."

A história de Ferraz é representativa de um fenômeno de captação pouco trivial, mas que se acentuou durante a última crise econômica e tem deixado especialistas em alerta a respeito de um novo fôlego neste ano: a fuga de cérebros, isto é, a saída definitiva do

país de profissionais de alta qualificação.

Desde 2015, quando a economia mergulhou em recessão, o número de saídas definitivas do Brasil está acima dos 20 mil a cada ano. Antes disso, vinha subindo, mas não passava de 15 mil. Em 2018, 22,4 mil pessoas entregaram declarações de saída definitiva do Brasil, segundo apuração dos técnicos da Receita Federal até novembro deste ano - ainda não existem dados para 2019.

Há cinco anos que a fotógrafa Renata Saldanha, 40, e o marido Wanderley, 41, administrador, pensavam em se mudar para os Estados Unidos, apesar de viverem situação confortável no Brasil. O plano se acelerou após a adoção, em 2016, dos gêmeos Bernardo e Benício, hoje com três anos, mas a mudança para Weston, na Flórida, só se concretizou em julho de 2019. "O turbilhão político e econômico foi um fator que contou muito para a nossa decisão, mas teve peso igual buscar uma educação melhor e mais segurança para os nossos filhos", diz Renata. Eles gastaram cerca de US\$ 130 mil para abrir um estúdio fotográfico na cidade. A mudança, considerando, por exemplo, compra de casa e carro, exigiu outros US\$ 400 mil.

O casal se encaixa no perfil de migrantes observado por Vinícius Bicalho, advogado que trabalha em





Orlando, na Flórida, assessorando brasileiros nos trâmites de vistos para os Estados Unidos. “São pessoas de sucesso e que se mudam do Brasil em razão, principalmente, da insegurança”, afirma. “São famílias de classe média e média alta, muitos profissionais liberais e empresários. O que eu vejo é que o Brasil vem perdendo um tipo de mão de obra importante.”

Daniel Rosenthal, que também presta assessoria a brasileiros que querem investir ou migrar para os EUA, tem a mesma leitura. Ele diz que, entre seus clientes, houve um aumento claro nos últimos anos de pessoas mais qualificadas. “Pessoas com mestrado, doutorado, com carreira sólida no Brasil, com filhos e que parecem que deixaram de acreditar no Brasil”, define. Sua carteira de clientes inclui executivos de multinacionais, engenheiros, profissionais da área médica e especialistas em comércio exterior.

A Flórida continua sendo o destino favorito dos brasileiros. O Estado da Califórnia e também a região de Boston, no Estado de Massachusetts, são outros dois destinos tradicionais.

Para quem tem dupla cidadania, como Renata, que detém passaporte italiano, uma alternativa tem sido requerer o visto para habitantes de países com os quais os EUA têm acordo comercial. Segundo Bicalho, o Congresso americano estuda incluir Portugal nessa lista, o que, aposta o advogado, aumentaria muito a aplicação de brasileiros.

Outro grupo busca vistos como o EB-5, que dá direito de residência permanente a estrangeiros que investirem no país. Dados do Departamento de Estado americano mostram que as concessões a brasileiros subiram para 230 de janeiro a outubro deste ano, ante igual período de 2018, uma alta de 58%. Em novembro, o investimento mínimo exigido passou de US\$ 500 mil para US\$ 900 mil.

Aumentou também a procura de brasileiros por vistos de emprego como o EB-2, para “trabalhadores com habilidades excepcionais”. “Ele tem crescido muito porque os requerimentos são mais atingíveis do que aqueles do EB-1”, diz Jorge Botrel, sócio da JBJ Partners, especializada em expatriação para os EUA. A concessão de EB-2 a titulares brasileiros e seus familiares saltou para 192 de janeiro a outubro deste ano, ante 44 em 2018. O EB-3, para “trabalhadores qualificados, profissionais e outros trabalhadores”, avançou 47%, de 129 para 190.

“Tem muita gente do Brasil que migra com ensino superior, mas vai atuar em parte administrativa de empresas ou eventualmente até em empregos que não são de ensino superior”, diz Ana Maria Carneiro, pesquisadora do Centro de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp. Ela coordena um projeto de pesquisa, em fase inicial, para buscar compreender a trajetória de cientistas brasileiros radicados nos EUA. Segundo Carneiro, em comparação com outros países, como Índia e China, a diáspora de

cérebros brasileira não é tão expressiva numericamente.

Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e professor da Escola de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), observa que, no campo científico, a fuga de cérebros é uma questão mais qualitativa. Ele cita a saída recente de quatro jovens pesquisadores da UFRJ, que tinham liderança em suas áreas, para países como Chile, Holanda, Austrália e Portugal. “São jovens em idade muito boa para criar. Perder esse pessoal é ruim, prejudica o investimento que o Brasil faz nesses jovens, que agora vão usar suas capacidades para outros países. Pode ser que depois eles voltem, mas o prejuízo é grande no curto e médio prazos”, afirma.

Seguir uma carreira acadêmica no Brasil é, de acordo com Ferraz, estar “sempre lutando contra uma série de barreiras”. São dificuldades, por exemplo, de obtenção de recursos e de planejamento de longo prazo por parte das agências de fomento. “Aqui [no Canadá] é o contrário, o gasto com pesquisa científica é significativo, entidades se dedicam a isso, a pesquisa está acontecendo, as pessoas estão produzindo”, afirma.

Como economista, Ferraz reconhece a necessidade de reforma fiscal do governo brasileiro e que “a bonança dos altos gastos em ciência acabou”. “Mas alinhado a isso vem o pouco caso do governo em relação à importância da ciência em todas as dimensões.”

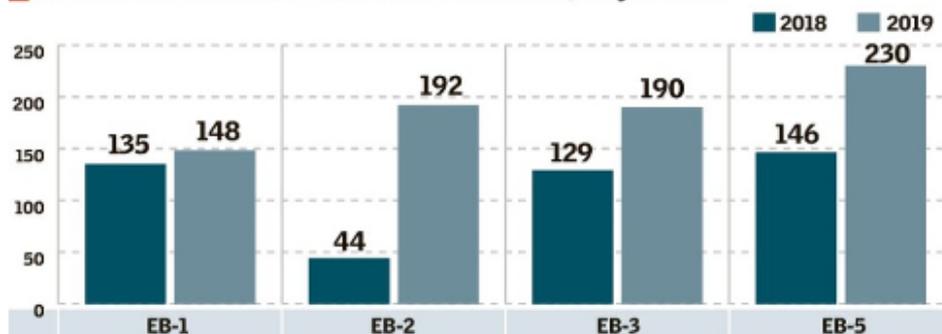




Rumo ao aeroporto

Cresce procura de trabalhadores qualificados por visto americano

Vistos americanos de trabalho a brasileiros, de jan a out



EB-1: trabalhador prioritário (pessoas com habilidades extraordinárias em ciências ou atletismo, por exemplo; professor/pesquisador de destaque; executivo/gerente de multinacional); EB-2: profissionais de alta qualificação ou pessoas com habilidades excepcionais; EB-3: trabalhadores qualificados e outros trabalhadores; EB-5: investidor (condicionado à geração de empregos)

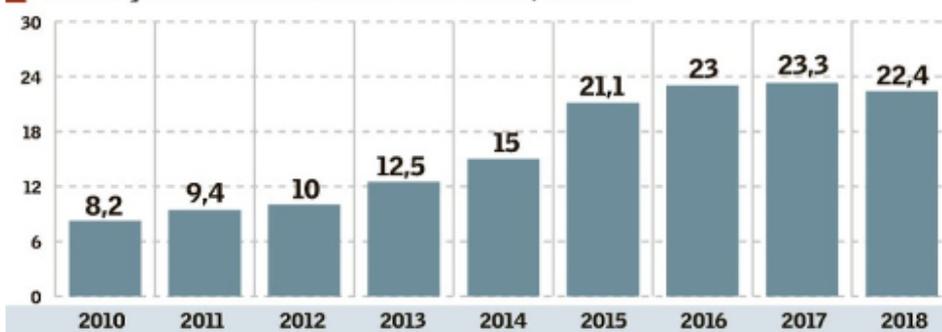
Vistos americanos de trabalho a todas as nacionalidades, de jan a out

	2018	2019
EB-1	2.299	2.004
EB-2	2.593	3.076
EB-3	9.491	11.298
EB-5	4.848	275,86
Todos os tipos	446.867	385.477

3.048

vistos de imigração americanos, de todos os tipos, foram concedidos a brasileiros no período

Declarações de saída definitiva do Brasil, em mil



Fontes: Receita Federal do Brasil e Departamento de Estado dos EUA

Sob gestão de fundo, Fael revê planos

Crescimento orgânico será prioridade, em vez de expansão por aquisições

Por Beth Koike — De São Paulo

Controlada há dois anos pela gestora americana de private equity Apollo, a Fael - Faculdade Educacional da Lapa, instituição de ensino a distância do Paraná, planeja crescer de forma orgânica na graduação e enxerga oportunidade de expansão em cursos técnicos on-line.

É uma estratégia bem distinta daquela vislumbrada em 2014, quando foi adquirida pelo grupo educacional Apollo, dos Estados Unidos. Na época, o objetivo da instituição de ensino americana era promover várias aquisições e formar uma grande rede de faculdades no Brasil.

Atualmente, uma possibilidade é a venda da Fael para um concorrente ou investidor, mas essa é uma ideia de longo prazo. “Agora, não faz sentido uma venda. O fundo entrou há pouco tempo, mas acredito que entre dois e três anos isso venha ocorrer, porque os fundos funcionam dessa forma”, disse o CEO da Fael, Luiz Borges Filho, que detém uma fatia de 23,5%.

A Fael tem cerca de 78 mil alunos matriculados em cursos on-line e

está entre as dez maiores instituições de ensino superior a distância. Neste ano, seu faturamento deve atingir R\$ 150 milhões.

A mudança de rota da faculdade do Paraná começou há cerca de dois anos, quando o grupo Apollo vendeu suas instituições de ensino localizadas fora dos Estados Unidos para um fundo de private equity que, coincidentemente, tem o mesmo nome, Apollo. Nesse mesmo período, o mercado brasileiro de ensino superior presencial começou a apresentar retração no número de alunos, devido à crise econômica e redução da oferta do Fies, programa de financiamento estudantil do governo.

A faculdade do Paraná enxerga oportunidade de crescer com a aprovação dos cursos técnicos a distância. “Podemos ter crescimento entre 20% e 30% na nossa receita com os cursos técnicos de EAD. Já temos o currículo montado, porque tentamos oferecer em 2012, mas não deu certo na época”, disse Borges Filho. Ele estima que as matrículas para os cursos técnicos comecem a ofertadas em 2020.

De olho nesse potencial, a Fael vai investir R\$ 20 milhões no período de quatro a cinco anos em expansão, como abertura de novos polos e marketing. Atualmente, a faculdade tem 425 polos e quer chegar a 700 em 2025.

CGU já suspendeu 22 licitações suspeitas

Desde dezembro de 2018, programa alertou auditoria sobre risco de prejuízo de R\$ 4,1 bilhões ao erário em 38 editais

AGUIRRE TALENTO
atalento@edglobo.com.br
BRASÍLIA

Cer cade 250 editais de compras elicitações são lançados diariamente por toda a administração pública federal. De forma automatizada, um sistema de informática rodado pela Controladoria Geral da União (CGU) passou a analisá-lo se, coma ajuda de algoritmos e códigos inteligentes, a detectar suspeitas de fraudes, falhas, direcionamento e sobrepreço: 22 editais foram revogados, evitando despesas de R\$ 4,1 bilhões.

Batizado de Alice, sigla para Análise de Licitações e Editais, o sistema foi criado há aproximadamente três anos por técnicos da CGU. Após aperfeiçoamentos, passou a ser utilizado em larga escala desde dezembro do ano passado. De lá até novembro, a equipe técnica analisou suspeitas em 38 editais após alertas feitos pelo Alice, que totalizavam R\$ 4,1 bilhões em gastos. Destas licitações, oito foram canceladas, 14 foram suspensas e 10 passaram por pequenos ajustes. A diferença entre o cancelamento e as suspensões, no primeiro caso, é necessário redefinir totalmente o edital, enquanto a suspensão só ocasiona mudanças mais pontuais na licitação. Nas outras cinco, as suspeitas de irregularidades

não se confirmaram. Um último caso ainda está sob análise.

Todos os dias, o Alice faz uma leitura do edital com base em palavras-chaves e bancos de dados. É realizado, por exemplo, um cruzamento com informações da Receita Federal e de empresas que constam na lista negra da própria CGU, por já terem enfrentado problemas em contratos públicos. Caso o sistema detecte riscos, é enviado um alerta para os auditores da CGU.

Entramem campo, então, os técnicos da Controladoria, que analisam os casos prioritários. Quando decidem abrir uma auditoria, têm um prazo de oito dias para avaliar o edital e emitir um parecer ao órgão responsável pela licitação. Caso as irregularidades sejam graves, o pregão é cancelado,

—Temos pouca mão de obra diante da grande quantidade de contratos elicitações, então usamos a tecnologia a nosso favor — diz o diretor de Auditoria de Governança e Gestão da CGU, José Gustavo Roriz.

COMPRA DE MEDICAMENTOS

A partir de 2020, o sistema vai abrir um anova frente na análise de compras de medicamentos. Segundo Roriz, o Alice passa por constantes aperfeiçoamentos e também já foi compartilhado para utilização pelos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Foi justamente graças ao Alice que a CGU conseguiu cancelar uma

licitação de R\$ 3 bilhões do Ministério da Educação para compra de equipamentos de informática que poderia gerar prejuízos milionários. O caso, revelado pelo GLOBO no último dia 3, envolve o maior montante dentre os casos detectados pelo Alice. A auditoria apontou que 355 escolas solicitaram mais computadores do que seus números de alunos. “O caso que mais chamou a atenção diz respeito à Escola Municipal Laura Queiroz, do município de Itabirito/MG, que registrou a demanda de 30.030 laptops educacionais, embora a escola só tenha registrada na planilha o número de 255 alunos (117,76 laptops por aluno)”, registrou a CGU em seu relatório. O MEC cancelou o edital, que está sendo refeito.

Em julho, a CGU também detectou suspeitas e recomendou a suspensão de um edital da Polícia Rodoviária Federal para contratar “serviços especializados de inteligência analítica e análise dedados”, nova lorde R \$13 milhões. A PR F acolheu as recomendações e suspendeu o pregão.

O Alice levou à auditoria licitações de dois Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, o IFPE e o IFMA. Em outro caso, foi detectado sobrepreço na aquisição de medicamentos pelo Hospital João de Barros Barreto, ligado à Universidade Federal do Pará. Os três pregões totalizavam cerca de R\$ 140 milhões. As instituições suspenderam os editais.

‘O país precisa brigar menos e investir mais em educação’

THOMAS TRAUMANN
opais@oglobo.com.br

Homem mais rico do Brasil, o investidor carioca **Jorge Paulo Lemann** revolucionou a gestão empresarial com o seu foco em metas, resultados e prêmios baseados em meritocracia. Agora, tenta repetir o feito no setor público. Através da fundação com seu nome, Lemann criou projeto para replicar a experiência de Sobral, cidade cearense de resultados acadêmicos consistentes, concede bolsas para servidores públicos e financia grupos de renovação na política. Em duas raras entrevistas, em seu escritório em São Paulo, Lemann falou de política. “Eu não influencio ninguém, não digo a ninguém como deve votar, não vou me meter em política partidária”.

Quais as lições para o Brasil desses últimos dez anos?

A de que a corrupção não funciona. Não estou nem falando apenas no sentido moral, porque é obvio, mas no sentido de resultado econômico. A corrupção distorce a competição entre as empresas e elimina a meritocracia. O produto final, digamos uma estrada, passa a ser decidida pelo suborno pago, não pelo encurtamento da distância ou pela qualidade do asfalto ou o que seja. A corrupção produz uma economia ineficiente.

Qual lição o Brasil não aprendeu nesses dez anos?

O Brasil briga demais. Esse clima de divergência impede a produção de consensos. Todo mundo concorda que o Estado é ineficiente e perdulário, mas por que não é possível sentar e construir consensos de como entregar serviços públicos de maior qualidade? Todo mundo concorda que é preciso investir mais e melhor na educação, mas como fazer a decisão certa com tanta briga? O Brasil precisa brigar menos e investir mais em educação.

A elite política e empresarial entende a importância da educação?

NãotematalhoparaoBrasil crescer no longo prazo fora de oferecer uma educação de qualidade para todas as crianças. A possibilidade de um país competir no mundo moderno depende da educação que dá às suas crianças. É possível que o Brasil nunca vire uma Cingapura, mas já seria ótimo virar uma grande Sobral (cidade cearense com bons índices de educação).

O Brasil vale a pena?

Quer ver três coisas que funcionam bem no Brasil? A educação em Sobral, o vôlei dos técnicos Bernardinho e Zé Roberto e a Ambev. São três exemplos brasileiroíssimos de metas, cobranças e foco. Os alunos das escolas públicas de Sobral disputam olimpíadas mundiais de matemática,

mostrando que é possível ter educação de qualidade em cidades pobres. Os técnicos Bernardinho e Zé Roberto mudaram a mentalidade do esporte brasileiro. A Ambev começou como uma grande cervejaria brasileira e hoje é a maior do mundo (através da ABI, Anheuser-Busch InBev). São exemplos brasileiros de excelência.

O que faria se estivesse começando sua carreira agora?

Se eu tivesse 20 e poucos anos iria passar dois anos no Vale do Silício ou em um lugar de ponta de tecnologia, como Cingapura. Iria aprender tudo o que eu pudesse e montaria meu próprio negócio. E voltaria ao Brasil. Aqui tem muita oportunidade.

Como empresário, o senhor manteve uma posição política discreta. Por que hoje a Fundação Lemann está ajudando pessoas a entrar na política?

Não entramos na política partidária. A Fundação concedeu 300 bolsas para jovens estudarem políticas públicas na Kennedy School, Oxford e em Columbia (universidades de excelência nos EUA e Reino Unido) e voltarem ao Brasil. Na Fundação, chamamos o ex-prefeito de Sobral, Veveu Arruda, do PT, amigo dos irmãos Gomes (Ciro e Cid), para replicar a sua experiência de sucesso em cidades com menos de 200 mil habitantes. Estamos testando atualmente em 25





idades. Se der certo, vamos fazer mais 250. Não estamos na política para eleger ninguém, mas para ajudar a produzir políticas públicas mais eficientes.

Existe uma bancada Lemann no Congresso?

Isso não existe, eu não influencio ninguém, não digo a ninguém como deve votar, não vou me meter em política partidária. Ajudamos os movimentos de renovação na política porque acreditamos que a política é importante.

Como é o processo de escolha dos bolsistas candidatos?

São pessoas de todos os campos políticos comprometidas com o bem público. O importante não é se o político é de esquerda ou direita, mas se ele dialoga. Tem o Felipe Rigoni, a Tábata Amaral... Aliás, a Tábata está bem à minha esquerda no espectro

político.

Esses movimentos de renovação política vão um dia eleger um presidente?

A Tábata é jovem, tem 26 anos. O Eduardo Leite (governador do Rio Grande do Sul) tem 34. Eles têm uma vida pela frente.

E o Luciano Huck?

Não sei se ele será candidato.

Como avalia os primeiros meses do governo Bolsonaro?

O rumo do (Paulo) Guedes está correto. Poderia ter menos agito na parte política.

“Se eu tivesse 20 e poucos anos iria passar dois anos no Vale do Silício ou em um lugar de ponta de tecnologia, como Cingapura. Iria aprender tudo o que eu pudesse e montaria meu próprio negócio (no Brasil).”

Andorra e Bélgica

ANTÔNIO GOIS

O Brasil vai mal no Pisa, mas, se olharmos exclusivamente os dados das escolas “X”... Sempre depois que a OCDE divulga os resultados de seu exame internacional, surge o debate sobre como seria o resultado do país caso ele fosse representando somente por um grupo de colégios. O mais comum é esse recorte ser feito considerando apenas o setor particular, que representa 19% das matrículas na educação básica. No caso da prova de leitura —foco desta última edição do Pisa—, analisando apenas a média desse segmento, o Brasil daria um salto de quase 100 pontos na escala da prova, saindo da 57ª posição para se igualar a nações como Polônia (10ª), Suécia (11ª) ou Nova Zelândia (11ª).

A mesma linha de raciocínio já foi usada para destacar colégios federais, onde estudam 0,9% dos alunos da educação básica. Na edição de 2015, os alunos dessas escolas tiveram desempenho médio compatível ao da Coreia do Sul, a 11ª nação do ranking.

Em 2019, a novidade foi o destaque que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, deu aos colégios militares, afirmando na coletiva de apresentação dos resultados do Pisa que “quando olhamos as escolas militares e cívico-militares já existentes, o Brasil está

acima da média da OCDE”. Neste caso, nem sequer há dados no exame para embasar tal afirmação, já que não há na amostra do Pisa número suficiente desses colégios para permitir essa inferência.

O debate sobre o melhor modelo para a educação brasileira é pertinente. O problema está no argumento simplista de que, se tivéssemos mais escolas “X” (o leitor pode substituir o “xis” pela palavra que lhe convir), daríamos um salto de qualidade. A depender do gosto do freguês, a partir daí temos a prova de que a gestão privada é necessariamente melhor do que a pública, de que é o nível de gastos das federais que mais explica seu resultado superior ou que o grande segredo está na disciplina rígida do modelo militar.

O ponto aqui não é o de refutar por completo qualquer uma dessas teses. O argumento é que, apenas pelos dados do Pisa, não é possível chegar a nenhuma das conclusões acima. Para estar mais próximo disso, seria preciso comparar escolas com características similares, com mesmo perfil socioeconômico de alunos, com níveis de gastos semelhantes, e que atendem estudantes nas mesmas condições que as redes municipais e estaduais. Isso significa não fazer seleção de alunos (na entrada ou na saída), não

recusar vagas para crianças com deficiência e aceitar a matrícula mesmo daqueles que chegam com defasagem de aprendizagem em qualquer momento do ano. Quando esse tipo de estudo é feito de forma rigorosa, controlando todas as variáveis possíveis, o impacto identificado, quando existente, tende a ser muito menos vistoso do que o comumente apregoado de forma apaixonada (ou interessada) por defensores de um modelo ou de outro.

Voltando ao Pisa, em leitura, só 2% dos alunos brasileiros estão nos níveis mais altos de aprendizagem, média que na OCDE é de 9%. Podem existir algumas ilhas de excelência no país, mas o que temos é que, na média, alunos de maior nível socioeconômico daqui, quando comparados com estudantes de características semelhantes em outros países, também ficam nas últimas colocações do ranking. Cresco Franco, então pesquisador da PUC-Rio, assim definiu esse quadro quando analisou os dados do exame de 2000: “Em educação, o lado Bélgica do Brasil não existe. Ou, se existe, tem as dimensões de Andorra”.

O debate sobre o melhor modelo para a educação é pertinente. O problema está no argumento simplista dos apaixonados (ou interessados)

Falastrão e desconhecido

Leandro Colon

Tudo indica que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, é peça a ser em breve descartada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Weintraub foi chamado para estancar uma crise interna com o primeiro escolhido para a pasta, o até então desconhecido Ricardo Vélez.

O que era para ser uma solução virou um problema. Weintraub revelou-se um caos administrativo, com um comportamento fora dos padrões adequados para um ministro de Estado e da liturgia que o cargo exige. É constrangedora sua presença no primeiro escalão da Esplanada.

Ele acredita que a postura agressiva e errática na bolha das redes sociais é uma fórmula de sucesso com a população. A mais recente pesquisa do Datafolha mostra que o ministro precisa repensar seus conceitos.

Oito meses depois de assumir o comando do MEC, Weintraub é ignorado por dois terços das pessoas.

Apenas 32% dos entrevistados afirmaram saber quem é o chefe da pasta da Educação do governo

Bolsonaro. O patamar cai para 23% entre aqueles que ganham até dois salários mínimos. Ou seja, os mais pobres, que necessitam, entre tantas coisas, de uma educação pública e de qualidade, desconhecem o responsável por isso na esfera federal.

Apenas 25% dos jovens entre 16 e 25 anos responderam conhecer o ministro. É justamente a faixa etária dos que têm entre suas prioridades o ingresso no ensino superior.

E somente 17% dessa parcela da população, ciente da existência de Weintraub, avalia como ótima ou boa a performance no MEC. Para 38%, a gestão dele é ruim ou péssima.

O ministro falastrão de Bolsonaro é mais conhecido entre os brasileiros com ensino superior. Segundo a pesquisa, 56% sabem quem é ele, mas 42% desses consideram o desempenho dele ruim ou péssimo, percentual acima dos que só fizeram ensino médio ou fundamental.

Aprovável saída de Weintraub do ministério pode ser um sinal positivo para que a área enfim decole no governo Bolsonaro. A população certamente não sentirá saudades dele.

Compartilhamento inteligente

Numa iniciativa inédita no País, as três universidades públicas paulistas – USP, Unicamp e Unesp – acabam de adotar uma política para colocar equipamentos e aparelhos de pesquisa à disposição de toda a comunidade acadêmica, inclusive para cientistas que não trabalham nelas. Como esses equipamentos custam caro, a ideia é evitar que fiquem parados, compartilhando seu uso num período de escassez de recursos públicos. Essa política foi inspirada na Inglaterra, onde universidades de ponta – como Cambridge, Liverpool e Birmingham – desenvolveram uma plataforma digital que permite encontrar materiais de pesquisa nas unidades mais próximas, propiciando com isso seu aluguel.

O compartilhamento de equipamentos de laboratórios foi a saída que as três instituições encontraram para tentar amenizar, em sua infraestrutura de pesquisas científicas, o impacto da crise fiscal. A estratégia tem quatro vantagens. Em primeiro lugar, com o uso mais racional de instrumentos de laboratórios já em funcionamento, como microscópios e tomógrafos, a USP, a Unicamp e a Unesp não precisam gastar recursos escassos para adquirir e manter novos laboratórios em suas unidades e departamentos. “Imagina ter um equipamento caríssimo e, do outro lado do o mesmo, sem que os dois estejam 100% utilizados”, afirma o pró-reitor de pesquisa da Unicamp, Munir Skaf.

Em segundo lugar, a possibilidade de uso por cientistas de fora das três universidades pode resultar em receitas extraordinárias – uma antiga aspiração de muitos docentes e pesquisadores. Essa receita é prevista pela legislação estadual desde 2017 e pelo novo marco legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que foi regulamentado em fevereiro de 2018. A legislação exige que o valor cobrado de entidades públicas seja inferior ao cobrado de entidades privadas.

Em terceiro lugar, a operação dos instrumentos em tempo integral serve para conectar cientistas, propiciar mais parcerias acadêmicas e para estimular o diálogo com a iniciativa privada, mediante contrapartidas

financeiras. Em quarto lugar, um equipamento que fica em uso constante tende a estar em melhores condições do que aquele usado esporadicamente, como lembra Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), uma das agências de fomento que vêm financiando a modernização dos laboratórios das três universidades públicas paulistas.

Segundo os reitores, a política de compartilhamento de equipamentos é semelhante ao modo de funcionamento dos aplicativos de táxi. Cientistas interessados em utilizá-los fazem uma busca na plataforma digital pelo nome do instrumento desejado e ela indica quais são as opções disponíveis. “Assim como o passageiro em busca de um motorista, basta o cientista fazer um cadastro e uma pesquisa simples na plataforma para encontrar um microscópio eletrônico de varredura”, afirma Sylvio Canuto, pró-reitor de pesquisa da USP. Só a Unicamp já tem 300 equipamentos de médio e grande portes cadastrados na plataforma digital, para serem usados de modo compartilhado.

“Todo setor, acadêmico ou não, vai saber que existe uma plataforma, onde pode buscar o que precisa. Não tem de entrar no site de cada laboratório”, diz Carina Ulsen, professora do Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo da Escola Politécnica e coordenadora do Laboratório de Caracterização Tecnológica da instituição. Segundo ela, um microtomógrafo de seu laboratório, além de ser usado pelos pesquisadores da unidade, está à disposição de cientistas do Instituto Butantan, do Departamento de Biologia e de arqueólogos que fazem análise de crânios encontrados em escavações.

Oportuna e importante, a iniciativa da USP, da Unicamp e da Unesp é mais uma demonstração do que cientistas, economistas, historiadores e sociólogos há muito tempo vêm dizendo. Quanto maior é uma crise financeira, mais ela estimula a criatividade daqueles que lutam pela sobrevivência.

Comissão barra só 66 itens de banco do Enem

Victor Vieira

A comissão criada pela gestão Jair Bolsonaro para inspecionar questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) barrou o uso de 66 perguntas do banco de itens da prova. Montado com o objetivo de fazer varredura de conteúdos com “abordagens controversas” e “teor ofensivo”, o grupo foi visto por especialistas como uma estratégia de censura.

A triagem foi feita em março, mas o Ministério da Educação (MEC) só tornou o balanço público na última semana. O governo alega ter esperado o fim da aplicação do Enem – candidatos em presídios fizeram o teste dias 10 e 11. Os itens condenados estão, principalmente, em duas áreas: Ciências Humanas (29) e Linguagens (28). Também foram “desaconselhadas”, nas palavras do MEC, cinco perguntas de Ciências da Natureza e quatro de Matemática.

O conteúdo das questões

barradas não foi divulgado. Nesta edição, pela primeira vez desde 2009, a prova deixou de fora o tema da ditadura militar e também não tratou de direitos LGBT, tema polêmico para apoiadores de Bolsonaro. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pela prova, também não esclareceu se foi acatada a recomendação de excluir todos os 66 itens listados. Caberia ao Inep a decisão final de usar ou não a questão listada pela triagem na prova.

A nota técnica que previa esse filtro no Enem indicava o objetivo de rastrear “teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais”, mas não detalhou quais seriam. Também apontava que a análise deveria mirar “temáticas que não se coadunam com os objetivos do exame”. O Ministério Público Federal chegou a questionar a competência dessa comissão.

O estoque do Enem tem milhares de questões, que passam por rigoroso processo de pré-teste e revisão, mas o número exato é mantido sob sigilo por segurança. O total de itens barrados, portanto, representa apenas uma parte bem pequena do total. A comissão responsável pelo pente-fino era formada por um assessor do ministério, antigo aluno do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, um diretor do Inep e um procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, como representante da sociedade civil. Os critérios para a escolha dos nomes nunca foram esclarecidos.

Após a realização do Enem, nos dias 3 e 10 de novembro, Bolsonaro elogiou a prova. Segundo ele, é importante que ela tenha questões que “reconheçam a família” e o “valor do Estado brasileiro”, mas sem ideologia política ou de gênero. No início do ano o presidente sinalizou que gostaria de ter conhecimento prévio do conteúdo da prova.

Estudantes vão para competição de arbitragem

Ana Luiza de Carvalho

Pelo menos três equipes paulistas vão participar, em abril de 2020, de uma das maiores competições de arbitragem do mundo. A Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot ocorre em Viena, na Áustria, e deve contar com mais de 400 instituições de ensino. Dentre os participantes estão Fundação Getúlio Vargas, PUC-SP e Mackenzie.

O objetivo da competição, que é feita com base na simulação de casos fictícios, é mostrar aos estudantes como ser advogado de uma parte envolvida nesse tipo de julgamento. Os professores são unânimes quanto à importância da simulação para o crescimento profissional dos futuros advogados.

“Com essas competições, além de adquirir o conhecimento teórico, os alunos passam a desenvolver habilidades necessárias no dia a dia de qualquer área do direito, ganham resiliência mental”, diz Daniel Tavela, professor do Instituto Presbiteriano Mackenzie e treinador da equipe que representará a faculdade em Viena.

O coordenador da Câmara

Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE), Eduardo Vieira, afirma que o alto nível de capacitação dos campeonatos proporciona a própria ida das equipes. “Os principais atores que se beneficiam das competições, na maioria das vezes, são os escritórios de advocacia, que vão ter profissionais qualificados. Normalmente, eles patrocinam a ida dessas equipes”, explica.

A equipe da FGV Direito SP está sendo treinada por José Victor Zakia, ex-aluno da instituição que também acompanha alunos na Competição Brasileira de Arbitragem Petrônio Muniz, realizada pela Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (Camarb). Ele defende as simulações como forma de abrir portas para o mercado profissional, já que chamou a atenção do atual chefe durante uma sustentação oral. “Eu consegui meu emprego por conta da competição”, afirma.

O que é arbitragem? A arbitragem é o julgamento de um impasse patrimonial de forma particular por uma autoridade máxima – o árbitro –, convocada pelas partes envolvidas.

Ela pode ser aplicada nos

chamados direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, que envolvem litígios com valor de mercado mensurável. A modalidade, portanto, não é aplicável a causas corriqueiras do cotidiano cível. “Exclui questões que são de jurisdição exclusiva do poder judiciário, como criminais e divórcios, por exemplo”, diz Tavela.

A medida costuma ser tratada erroneamente como um método consensual, juntamente com a mediação e a conciliação. Existem, porém, algumas peculiaridades: enquanto a mediação e a conciliação podem ser adotadas pelo poder público, a arbitragem não envolve o poder judiciário – as negociações são feitas de forma particular e de forma totalmente extrajudicial. O método, portanto, é chamado de heterocompositivo.

Zakia explica que a indicação do árbitro – ou árbitros, sempre em número ímpar para evitar empates – tem como principal vantagem contar com a análise de um profissional especializado no assunto em questão.

Para Zakia, a arbitragem é uma prática bem difundida no Brasil. Por ser utilizada principalmente no direito empresarial, porém, a ferramenta muitas vezes não chega





ao conhecimento do público e aparenta ser um universo distante. “Geralmente é uma disputa que envolve grandes quantias e difundida no meio empresarial, não é uma questão que circula para a população porque talvez não seja o método adequado para resolver problemas de pessoas físicas”, explica.

Cláudio Finkelstein, coordenador de Comércio Internacional da PUC-SP e orientador da equipe da instituição na competição, defende essa visão e ressalta o uso da medida em áreas ligadas ao mercado financeiro. “A arbitragem está extremamente desenvolvida, só não é popularizada. Hoje, o mercado de capitais, de valores mobiliários, é totalmente aderente à arbitragem. A Bolsa de Valores, B3, adotou uma instituição arbitral própria”, diz.

Tabela afirma que, proporcionalmente, a arbitragem pode de fato parecer um universo restrito quando se considera o volume de litígios e de advogados no Brasil – a área conta com pouco mais de 1 milhão de profissionais, segundo dados da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com o professor, porém, pouco a pouco a arbitragem se torna realidade para causas menores e, conseqüentemente, ganha mais espaço.

Como funciona a Willem, uma grande disputa mundial

A Willem C. Vis International Commercial Arbitration Moot é uma das principais competições mundiais de arbitragem. Embora não exista uma hierarquia entre as disputas realizadas em todo o mundo, as competições em nível regional e nacional servem como termômetro para os estudantes.

Cada instituição de ensino, a partir de critérios próprios, seleciona os estudantes que vão compor a equipe para a Willem. No caso da Fundação Getulio

Vargas, por exemplo, são levados em conta desempenho acadêmico e fluência em inglês. Na PUC, o projeto é apresentado no início do curso aos calouros e todos podem participar. “Toda semana nos encontramos para discutir material relativo a arbitragem internacional, e depois de dois ou três meses ocorre uma depuração natural, ficando 12 a 15 pessoas”, explica Cláudio Finkelstein, coordenador de Comércio Internacional da PUC-SP

A partir da homologação das inscrições, começa a preparação das equipes para a disputa. Cada equipe recebe um caso fictício de arbitragem, desenvolvido pela

organização do evento, e deve construir argumentos para uma linha de defesa e uma linha de ataque em relação à outra parte envolvida – os chamados requerente e requerido.

Argumentos. Nessa etapa, as equipes têm seis meses para formularem os argumentos e contam com a ajuda dos treinadores – como José Zakia, treinador da equipe da FGV. “Nosso papel é orientar os alunos principalmente na parte técnica, corrigindo os memorandos que vão entregar. Mas o material é todo produzido pelos alunos”, diz.

“Essas reuniões exigem muito trabalho prévio de leitura e produção de documentos, os alunos são convidados a apresentarem pesquisas de jurisprudência e doutrina”, explica Daniel Tavela, treinador da equipe do Mackenzie.

A competição de fato ocorre presencialmente, em Viena, e cada sustentação oral é feita por uma dupla. Durante os 15 minutos de apresentação, os estudantes são interpelados pelos juízes e devem aprofundar a defesa de suas teses, que serão avaliadas pela comissão julgadora. /A.L.C.

Educação e desigualdade

» **RAFAEL PARENTE**

Foi secretário de Educação do Distrito Federal

A educação, a economia e a desigualdade estão intimamente relacionadas. Nenhum país se torna próspero e avançado sem investir em educação. Segundo a OCDE, nosso PIB poderia ser 7 vezes maior com mais investimento no ensino básico. Coreia do Sul, Vietnã e Portugal são exemplo de países que conseguiram parte do sucesso econômico graças à educação, que é essencial para formação das lideranças. Uma empresa de headhunting mostrou que 60% dos recrutadores têm dificuldade em encontrar profissionais. Já do outro lado, países ricos têm mais recursos para investir em escolas, creches e universidades e, assim, criam uma bola de neve virtuosa: mais educação de qualidade leva a mais riqueza, que leva a mais investimento em educação e nas ciências.

O que dizer sobre educação e desigualdade? Dependendo do serviço oferecido, a educação pode aumentar ou diminuir a desigualdade. Uma linha teórica diz que a educação é “a grande equalizadora”, colocando pobres e ricos em pé de igualdade na competição por melhores oportunidades. No mundo real, isso só acontece em sociedades

que conseguem oferecer educação de excelência para todos. Do contrário, os sistemas educacionais funcionam como mais um ator de reprodução da desigualdade, já que os ricos têm as melhores oportunidades educacionais. Ao mesmo tempo, é mais fácil ter bons resultados educacionais em sociedades homogêneas. Isso explica parte do sucesso da Suécia, do Canadá, da Estônia, da Finlândia.

Pensando nessa relação, criei uma comparação dos seguintes dados: 1) Resultados do Pisa em leitura, que acabam de ser divulgados pela OCDE; 2) O produto interno bruto (PIB) com base na paridade do poder de compra per capita, que é o valor final de todos os bens e serviços produzidos pelo país em um ano, convertido em dólares internacionais, dividido pela população média, de acordo com o Fundo Monetário Internacional; 3) O índice de Gini (mede a desigualdade dos países), de acordo com o Banco Mundial; 4) A população atual dos países. No caso da China, adicionei as populações dos territórios chineses que participaram do Pisa.

A população é importante, porque é mais fácil fazer boa gestão com pequenos grupos e em pequenos territórios. Assim, é injusto comparar o Brasil à Cingapura (ilha com 5,8 milhões de habitantes). Nesse quesito, conseguimos comparar o Brasil com os territórios

chineses, os Estados Unidos e a Rússia. EUA e Rússia são bem mais ricos e têm longa tradição de investimentos e reformas educacionais, inclusive por causa das guerras. Os dois países sempre compreenderam que a educação, as ciências e a tecnologia são os ativos mais importantes para liderar competições e vencer guerras.

Ao comparar resultados do Pisa com o PIB, é possível observar uma correlação, com raras exceções. Em geral, quanto mais rico o país, melhor será seu resultado. Entre os 20 primeiros, os únicos que não têm valor de PIB per capita maior do que US\$ 30 mil são China, Estônia e Polônia, que participaram do bloco comunista e investiram maciçamente em educação. Para países comunistas, a educação era estratégica para o sucesso da revolução popular e para o desenvolvimento do país. Esperava-se formar revolucionários leais, que estabeleceriam nova ordem, e a formação de trabalhadores competentes, que assumiriam complexas tarefas na modernização do Estado.

Na China, não há liberdade política ou de imprensa, e há grande pressão sobre a performance dos professores e dos alunos, que têm de estudar cerca de 10 horas por dia. Além disso, cientistas questionam se os bons resultados continuarão com a inclusão das





regiões mais pobres. Fatores positivos desse caso são a continuidade das políticas públicas, ao mesmo tempo em que há alto investimento em novas tecnologias e inovações, a boa infraestrutura das escolas, a seleção e formação dos professores, que são supervalorizados pela sociedade, até com uma política nacional de valorização salarial.

Com relação à desigualdade, apenas dois países com índices Gini relativamente altos fazem parte da lista dos 20 países com melhores resultados: Cingapura e Estados Unidos. O primeiro, é uma cidade-estado elitista, que não diminui a desigualdade por questões políticas. Ainda assim, consegue oferecer educação de excelência para todos os alunos, tendo o tamanho geográfico e populacional como facilitadores. Já a desigualdade norte-americana é um dos principais

fatores que explicam os resultados insatisfatórios. A desigualdade cresce desde os anos 80 e não se dá apenas por causa das políticas educacionais, mas também por políticas econômicas, como a diminuição da tributação dos mais ricos.

Ao contrário dos países mais ricos e dos que foram comunistas, investimos muito pouco historicamente e nunca priorizamos a educação. Ainda somos um país bastante desigual e relativamente pobre, e isso não vai mudar sem uma gestão eficiente e mais recursos. Entre as possíveis estratégias de investimento, há um único consenso entre especialistas nacionais e internacionais: nossos professores precisam ser bem selecionados, formados e valorizados, inclusive nos salários, nas carreiras, materiais e condições de trabalho. É isso ou continuar grande, pobre e mal-educado.

Com Walmor Parente (DF), Beth Paiva (RJ) e Henrique Barbosa (PE)
reportagem@colunaesplanada.com.br



TV despejada

Sem avisar, o Ministério da Educação despejou na sexta-feira a equipe da TV Escola, subordinada à pasta, de um andar no bloco na Esplanada. Eram 24 profissionais – há ainda sedes no Rio e em São Paulo. A emissora, criada há anos para gerar conteúdos para alunos e professores da rede pública, sofreu um silencioso esvaziamento.

Making of

Nos bastidores, a cúpula da pasta tentou cooptar os funcionários da TV Escola para seus quadros nos últimos meses, sem sucesso. Procurado pela Coluna, o diretor da emissora, o jornalista Francisco Câmpora, desabafou. Com trabalho elogiado no Palácio, diz ser um soldado bolsonarista traído pelo ministério.

Intrigas

“Enquanto trabalhávamos a favor do Governo Bolsonaro, no MEC, sorrateiramente, estavam planejando nossa expulsão sem nos comunicar”, diz Câmpora. Contrariado com fofocas, o jornalista diz que “não tenho intenção de derrubar ninguém, porque não tenho tamanho nem cacife para isso”.

**MAIOR EXPANSÃO DA
HISTÓRIA**

O governador de São Paulo, João Doria, e o secretário da Educação Rossieli Soares anunciaram que, a partir de 2020, o Ensino Integral estará presente em ao menos 664 escolas da rede estadual de ensino.

Superioridade federal

Todo conhecedor do meio acadêmico sabe que, no Brasil, a qualidade do ensino superior se concentra nas universidades públicas, fato que novos dados corroboram.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC, apresentou outra batelada de estatísticas de avaliação de cursos de graduação em 2018. As notas de CPC (conceito preliminar de curso) vão de 1 a 5 e demonstram que as instituições federais compõem a nata do setor.

Esses estabelecimentos de ensino superior contam com 56,8% de cursos aos quais se atribuíram conceitos 4 e 5, considerados satisfatórios. Apenas 2,4% de suas graduações receberam notas na faixa de insuficiência, 1 e 2.

Abaixo das federais aparecem universidades privadas sem fins lucrativos, como as católicas, com 33,4% de cursos satisfatórios. Seguem-se entidades públicas estaduais (30,8%) e, por último, as privadas com fins lucrativos (28,4%).

Parte dessa distribuição se explica, com certeza, pelo fato de estabelecimentos públicos e PUCs figurarem entre as universidades mais antigas do país. Contaram, pois,

com muitas décadas para acumular tradição e excelência.

No setor privado, em contrapartida, houve grande expansão recente. Em 1991, o segmento representava 61% das matrículas, contra 75% em 2018. Só de 2000 para cá, incorporou 4,6 milhões de estudantes de graduação.

Criaram-se milhares de cursos na explosão do Fies e do Prouni. Vários estavam mais voltados a demandas do mercado do que para a excelência mensurada pelo Inep.

Cursos e universidade particulares cumpriram a função que lhes coube, mas nunca ameaçaram a liderança acadêmica das instituições públicas. Essa evidência torna ainda mais incompreensível o ataque movido pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, contra a reputação das universidades que lhe cabe fomentar.

Não que faltem problemas —e grandes doses de corporativismo— nesses estabelecimentos, mas Weintraub reincide em vilipendia-los como antros de drogados. Com tal exibição de preconceito vulgar, o ministro perde a credibilidade para conduzir um programa de reforma do ensino superior.

Ensinar democracia é difícil

EDUARDO MUFAREJ

Todos os dias preciso repetir o que fazemos no RenovaBR. Somos uma escola. Independentes. Democratas. Transparentes. E transparência para mim também é valor pessoal. Sendo transparente, vejo como falta de consideração e equívoco as manifestações de alguns poucos alunos durante a formatura deste ano.

Falta de consideração com os mais de mil estudantes que se formavam naquele dia. Precisamente 1.170, membros de mais de 30 dos 33 partidos brasileiros, além dos vários que ainda não têm filiação partidária.

Pessoas comuns de 410 cidades, que se qualificaram para representar os sonhos e esperanças dos mais de 97 milhões de brasileiros que nelas vivem. Falta de consideração também com os profissionais, professores e apoiadores do RenovaBR. Toda a equipe se desdobrou para realizar o maior evento da nossa história e merecia agora um descanso. Em vez disso passaram os últimos dias respondendo a ataques injustos e agressivos nas redes, nos telefones e pessoalmente. Dedico a eles meu mais profundo respeito.

Ouvi no evento coros em defesa de vários partidos e causas. É natural, eram mais de mil futuros políticos ali reunidos. Defendo e sempre defenderei a liberdade de expressão e, com ela, a responsabilidade sobre as consequências. E era óbvio, neste caso, que vestir máscaras com o rosto de um personagem político — qualquer que fosse — e tirar fotografias em frente a um painel com o nome do RenovaBR causaria embaraços não só à instituição como a seus colegas. Não foram poucos os alunos — de esquerda, de centro e de direita — que me enviaram mensagens lamentando o episódio.

Vestir máscaras não é o que ensinamos no RenovaBR. Formamos pessoas comuns que têm a coragem de enfrentar a difícil estrada da política. Gente que dá a cara a tapa. A própria cara. Máscaras não combinam com a democracia. Personalismo não combina com a democracia.

Se foi só uma “brincadeira”, faltou preocupação com as consequências, postura que não se espera de alguém que pretende representar outras pessoas. Faltou também maturidade política. Esta Folha, que não cobriu o evento, optou por dar grande

destaque a este caso isolado.

Nas redes, um debate infrutífero ofuscou o fato de que mais de mil brasileiros se reuniram para celebrar diferenças e fazer sua parte pela democracia. Eles se unem aos 133 alunos qualificados no último ciclo, dos quais 17 foram eleitos por 7 partidos diferentes. Eles nos mostram que a renovação qualificada faz diferença. Gastam menos e produzem mais, abrem mão de privilégios e atuam com honestidade e comprometimento. Temos orgulho de tê-los ajudado a chegar onde estão.

Escrevo para encerrar essa polêmica e jogar luz ao fato realmente relevante ocorrido naquele sábado (7), na Sala São Paulo. Pessoas comuns, que passaram por um rigoroso processo de qualificação, retornam agora a suas cidades para se colocarem à disposição da população. Um exemplo sem precedentes de coragem, tolerância e responsabilidade pública. Um vislumbre do país que podemos ser se assumirmos que a política é direito e dever de todos nós. Continuarei a apostar na independência e no compartilhamento de conhecimento técnico sem distinção ideológica.





Tenho certeza de que este episódio servirá como lição a todos os nossos alunos, que me enchem de orgulho todos os dias e me fazem sentir que ensinar democracia vale a pena.

Eduardo Mufarej
Empreendedor e fundador do
RenovaBR, iniciativa que prepara
cidadãos a participarem da política

Bolsonaro quer iniciar 2020 com reforma ministerial no alto escalão

Gustavo Uribe, Paulo Saldaña e Talita Fernandes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro quer iniciar 2020 com um mapa definido da reestruturação no primeiro escalão de seu governo para ser anunciado até fevereiro.

Em seus planos estão três nomes que devem ser trocados: Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Abraham Weintraub (Educação) e Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Onyx passa por um longo processo de desgaste desde o início do governo. Perdeu funções relevantes, como a articulação política, transferida para Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), e a coordenação jurídica da Presidência, hoje subordinada à Secretaria-Geral, sob o comando do ministro Jorge Oliveira.

Pesa contra ele também o fato de Bolsonaro estar insatisfeito com o apoio frágil do DEM à pauta governista no Congresso. Onyx é um dos três ministros da legenda, junto com Tereza Cristina (Agricultura) e Luiz Henrique Mandetta (Saúde). O DEM tem hoje o comando da pauta legislativa, já que são filiados ao partido os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (AP).

De acordo com interlocutores do presidente, as mudanças na equipe devem ter início no final de janeiro, antes



O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS)

da retomada das atividades do Congresso, em fevereiro. Bolsonaro não pretende fazer uma reforma ampla.

Um aliado disse à reportagem que as trocas devem ser graduais.

Onyx ainda não tem destino certo. Uma possibilidade é voltar à Câmara, para a qual foi reeleito deputado. Outro cenário é que o ministro assumira uma assessoria especial.

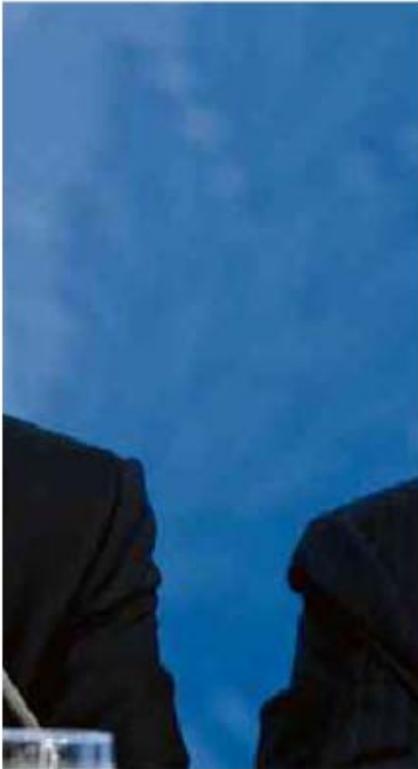
A mudança na Casa Civil impacta diretamente uma pasta estratégica para Bolsonaro, o Ministério da Educação, hoje comandado por

Abraham Weintraub.

Weintraub também se enfraqueceu na medida em que Onyx foi perdendo prestígio no Planalto. O ministro é próximo ao chefe da Casa Civil, de quem foi secretário-executivo.

Uma possível saída dele tem sido aventada pelo menos desde novembro. Sua postura ideológica agrada ao presidente e seus filhos, mas o comportamento agressivo nas redes sociais e a capacidade de criar crises na área o desgastaram em alguns núcleos do governo, como a área moderada, formada pelo comando mili-





Pedro Ladeira /Folhapress

tar e pela equipe econômica.

Um exemplo foi a ida do titular da Educação ao Congresso na última quarta-feira (11). Weintraub atendeu a uma convocação da Comissão de Educação, mas seu tom agressivo causou desconforto em aliados. Congressistas indicam que o ministro virou motivo de piadas na Casa, o que desmoraliza o Planalto.

A exoneração na quinta-feira (12) de sua principal assessora, Priscila Costa e Silva, serviu de pista para que aliados e grupos que buscam influência no MEC intensificassem as

articulações para uma troca.

Causou mal-estar a forma como o ministro decidiu não renovar o contrato de gestão com a Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola. Weintraub determinou um despejo da TV Escola das dependências do MEC, cumprido na sexta (13).

Não há certeza sobre a continuidade do canal. De acordo com relatos à *Folha*, Weintraub teria tentado indicar pessoas para a associação e influenciar nos rumos na TV.

O ministro entrou em férias a partir deste sábado (14), o que tem sido visto nos bastidores com presságio de uma saída definitiva. A previsão de volta é só no dia 4 de janeiro.

Ele teve uma reunião com Bolsonaro no Planalto na sexta, em agenda não prevista. O assunto não foi informado.

Entre as opções de substitutos passam indicações de um nome evangélico, o que garantiria a visão ideológica de Bolsonaro à frente da Educação. A saída de Weintraub, se confirmada, será a segunda baixa na pasta vista como chave por Bolsonaro desde a campanha eleitoral.

O presidente é crítico das universidades públicas por entender que há uma dominação da ideologia de esquerda.

Na última quinta (12), em viagem ao Tocantins, o presidente fez um discurso duro, criticando publicamen-

te a educação no país. Bolsonaro disse ser um vexame que universidades brasileiras não estejam entre as melhores do mundo. “Todos nós aqui somos responsáveis pela educação”, disse a uma plateia de prefeitos da região. “E como está a educação no Brasil? Péssima”, disse.

Mesmo que deixe o MEC, a aposta é que Weintraub possa ocupar outro cargo na gestão Bolsonaro.

Ele chegou à pasta em abril para ocupar o lugar que era de Ricardo Vélez Rodríguez, demitido após um processo de disputas internas.

Na equipe econômica, é dada como certa a saída do almirante de esquadra Bento Albuquerque, de Minas e Energia. Com ele, o segundo escalão também deve ser trocado, com mudanças nas quatro secretarias (Óleo e Gás, Energia, Mineração e Planejamento), coordenadas pela secretaria-executiva.

Como uma saída honrosa, Bolsonaro estuda indicar o ministro para a vaga destinada à Marinha no STM (Superior Tribunal Militar). O posto será aberto em maio do ano que vem com a aposentadoria do ministro Alvaro Luiz Pinto, que completará 75 anos.

Bento preenche quase todos os pré-requisitos: é almirante de esquadra, está na ativa e é um dos veteranos. No entanto, não é o mais antigo na car-





reira, critério que costuma ser levado em conta na escolha.

Para o comando de Minas e Energia, o nome mais forte, no momento, é o do deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), ex-ministro da pasta no governo de Michel Temer.

Embora seja alvo de críticas de parlamentares, a saída do general Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, é vista como remota.

Mão de obra e tributos são gargalos para 5G

Julio Wiziack

BRASÍLIA Estudo da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), que desenvolve projetos de inovação para o governo, mostra que o país precisa resolver ao menos dois problemas para aproveitar as vantagens que a telefonia 5G oferecerá ao setor produtivo.

O país está carente de mão de obra qualificada e precisa ajustar a tributação à realidade dos negócios em tecnologia.

O 5G permitirá velocidades de conexão à internet sem fio dez vezes superiores às do 4G, abrindo caminho para o que se chama de internet das coisas, pivô do projeto do governo conhecido como "Indústria 4.0".

Para o presidente da ABDI, Igor Calvet, o país precisará de mão de obra especializada para desenvolver plataformas digitais e operar com dados em massa se quiser surfar na onda dos benefícios advindos da tecnologia de quinta geração.

No entanto, a grade curricular ainda está concentrada em profissões tradicionais.

O resultado disso, segundo pesquisa recente da agência, é um déficit de 38 mil profissionais por ano na área de tecnologia em funções relacionadas a automação, robótica, tecnologia da informação, big data, programação, entre outras, pilares da economia digitalizada.

"As escolas formam 32 mil profissionais nesse segmento por ano, mas o mercado tem

mais de 70 mil vagas", diz Calvet. Por isso, a ABDI, em parceria com entidades do Sistema S e com os ministérios da Economia e da Educação, está trabalhando para modificar o catálogo nacional de cursos técnicos.

"Hoje, na ABDI, mapeamos as competências do setor privado. Tentamos, pela primeira vez, promover um encontro entre a oferta e a demanda."

Se avançar, será a primeira vez que o setor produtivo conseguirá influenciar na definição da grade curricular, que terá de ser aprovada pelo CNE (Conselho Nacional de Educação).

A senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que presidirá a recém-criada Frente Parlamen-





tar do Varejo, Ecommerce e Franchising, é uma dos congressistas que encamparam a causa. “Não podemos desperdiçar essa oportunidade que a tecnologia 5G abre para o país”, disse. “Com a internet das coisas, haverá uma revolução na produtividade. No campo, era assim. Queremos levar essa inovação para o varejo.”

A economia do comércio (em lojas físicas e virtuais) movimentava 3% do PIB. Para a senadora, com as novas possibilidades tecnológicas, será possível dobrar essa participação.

No entanto, ela considera a falta de mão de obra especializada uma das barreiras a serem vencidas.

“Tem gente deixando as profissões tradicionais para se de-

dicar à programação. Precisa resolver esse gargalo.”

A senadora foi escolhida pelo setor para liderar o varejo na esfera legislativa e replicar o que ela fez com o agronegócio.

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a frente deverá entrar em atividade no início de 2020 e já tem a adesão 35 senadores.

O estímulo à qualificação profissional será um dos cinco projetos a serem defendidos pela frente no Congresso.

Mas nada disso, diz a senadora, terá sentido se o Ministério da Economia não resolver outro problema: a isenção de tributos para os chips 5G.

Hoje, diversas máquinas de venda automática operam com chips de celular. Meios de

pagamento também acessam contas bancárias via internet (por chips) das operadoras.

Com o 5G, mais máquinas poderão desempenhar diversas outras funções e até “conversar” entre si.

Pela legislação vigente, a União cobra de cada chip de celular R\$ 14,29 por ano entre tributos e contribuições. Na telefonia celular (voz e dados) os serviços geram receita considerável por chip.

Na comunicação entre máquinas, essa receita média por chip é estimada em R\$ 12 por ano pelas operadoras. Ou seja: mantida essa estrutura tributária, a internet das coisas se torna inviável e, sem ela, o país avançará lentamente na era da indústria conectada.

Balbúrdia cultural

Há um ano, aconteceu em Foz do Iguaçu a 1ª Cúpula Conservadora das Américas, promovida na esteira da vitória de Jair Bolsonaro e que reuniu os principais expoentes do conservadorismo brasileiro e do continente. Ali os irmãos Weintraub fizeram uma palestra em dupla em que ensinavam como vencer o marxismo cultural nas universidades.

O caminho, ensinavam, era ser mais engraçado que o comunista. “O comunista te xinga de fascista, racista, e você fica se defendendo. Quando um comunista ou um socialista te xinga você xinga de volta, como ensinou o professor Olavo”, palestrava Arthur. Abraham emendava: “Como a gente ganha? Não sendo chato. A gente tem de ser mais engraçado que os comunistas. Como você ganha a juventude? Com humor e inteligência”.

Foi assim, com um esquete pseudohumorístico, que os irmãos Weintraub foram abrindo espaço no bolsolavismo. Abraham e Arthur haviam se aproximado de Bolsonaro por intermédio do então deputado Onyx Lorenzoni. Naquele evento seminal, os dois propunham “aplicar a teoria do Olavo de Carvalho para lidar com o marxismo cultural”. Viriam a ocupar assessorias no Planalto e o primeiro, meses depois, substituiria Ricardo Vélez Rodríguez no Ministério da Educação.

Ele levou a própria palestra ao pé da letra. Estrelou paródias musicais, distribuiu chocolates em lives, tirou a camisa para mostrar uma cicatriz que explicaria seu fraco desempenho acadêmico, xingou muito no Twitter e levou a guerrilha ideológica à condição de política educacional. O MEC, uma das pastas mais importantes da Esplanada, assiste, desde janeiro, a uma paralisia já constatada em dados por meio de um relatório de uma comissão especial da Câmara.

O Brasil perdeu o ano na Educação em 2019. E agora, de recuperação, assiste à fritura do ministro, vejam só, pelos próprios olavetes. Provavelmente os irmãos Weintraub não contavam com essa ao traçar sua estratégia de sobrevivência ao comunismo.

O fogo amigo se tornou público no fim de semana. Pupilos do autoproclamado filósofo passaram a fritar o ministro nas redes sociais. Ele foi chamado de “Weintrouble”, um trocadilho de seu nome com a palavra em inglês que significa “problema”, por uma página da internet ligada ao assessor presidencial Filipe G. Martins.

A origem da artilharia explica por que Jair Bolsonaro não praticou um de seus esportes favoritos, desmentir a imprensa, no noticiário que aponta que o ministro está pela bola sete.

A nota triste é que Weintraub não está para cair por conta da balbúrdia – para usar uma palavra que ele

próprio notabilizou ao se referir ao que, segundo ele, ocorre nas universidades federais – na pasta, mas porque o aparelhamento do MEC não foi total e irrestrito, como desejam os olavetes.

O estopim para queimar seu filme com os seguidores do guru foi o anúncio de extinção da TV Escola, mantida pela pasta, que acabara de fechar acordo para a exibição de uma série documental (sic) do projeto Brasil Paralelo sobre História do Brasil, contada segundo Olavo e outros expoentes do conservadorismo.

Não é só no MEC que a sanha de dominação olavista galopa neste fim do primeiro ano de Bolsonaro. A Cultura está completamente aparelhada por pessoas que exibem como currículo o fanatismo ao guru e uma série de teorias tão toscas quanto a dos irmãos Weintraub.

Ao apostar na balbúrdia cultural, Bolsonaro mostra que, nesta área como em outras, aplica no governo, com sinal trocado, aquilo que condenava no PT antes de eleito. Com uma agravante: nos governos petistas o revanchismo, a perseguição aos inimigos, a censura das visões contrárias e o direcionamento de recursos públicos para propaganda ideológica nunca atingiram os níveis vistos agora.

Áreas da Educação e Cultura no governo Bolsonaro viram palco de guerrilha olavista

Enem já é aceito em universidades de EUA, Canadá e Europa

Prova brasileira começa a ser usada por instituições no processo de seleção de alunos

Luciana Alvarez/

Primeiro, a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) abriu portas de universidades em todo o Brasil. Nos últimos cinco anos, virou passaporte para instituições portuguesas – hoje são 47 que adotam a prova como critério de ingresso. Agora, o exame cruzou ainda mais fronteiras: universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Irlanda e Escócia têm usado a nota do teste como parte do processo seletivo ou atalho para cursos e até bolsas.

Além de sinal de prestígio do Enem, isso faz parte de um movimento crescente de instituições fora do País, que apostam em formatos flexíveis de ingresso para atrair alunos de vários países e propiciar mais diversidade nos câmpus. Segundo especialistas, a chance de usar a nota da prova do país de origem permite avaliar o aluno em seu próprio contexto acadêmico e amplia o leque de opções.

Para o estudante brasileiro, a experiência em uma boa escola estrangeira envolve qualidade de



ensino, contato com docentes e colegas de várias partes do mundo e oportunidades de carreira. Para o Brasil, o trânsito de mais alunos – daqui para fora e vice-versa – cria um ambiente universitário internacional e ajuda a fortalecer conexões, dentro e fora da academia.

Como cada país tem sistema de ensino próprio, e cada instituição é autônoma para definir regras, não há modelo único sobre como usar o Enem. Para quem deseja concorrer a uma vaga nos Estados Unidos ou no Canadá, prestar os exames padronizados – como ACT e SAT, espécie de ‘Enems’ americanos – costuma ser o padrão.

Em alguns casos, contudo, o Enem já substitui essas provas. É assim nas universidades de Toronto e nas americanas de Northeastern, a Temple e até a de Nova York (NYU) – 29.^a melhor instituição de

ensino superior do mundo no ranking da revista Times Higher Education.

Mas, diferentemente do Brasil, no exterior é comum que o processo seletivo envolva ainda entrevistas, análise de histórico escolar e cartas de apresentação. Em geral, os comitês de seleção aceitam o Enem como complemento ao portfólio que o candidato deve enviar.

Marina Schor, de 22 anos, conta que seu foco estava no exterior desde o início do ensino médio, mas precisou apresentar boa nota no Enem para ser aceita em Biologia Animal Aplicada na Universidade da Columbia Britânica, Canadá. “Passei três anos me preparando para sair do país, fiz atividades extracurriculares, artísticas, trabalho voluntário, prestei o SAT – e não estudei com foco no Enem.” A surpresa foi que a universidade pediu que apresentasse a nota do exame brasileiro.





“Como me candidatei em várias (faculdades), talvez não tenha prestado atenção direito nas exigências, mas fizeram questão de ver minha nota no Enem, mesmo com o SAT”, diz a jovem. “Ainda bem que meu colégio me preparou bem e eu tinha um bom resultado.”

Muitos sotaques. “Estudantes internacionais trazem diversidade de opiniões e perspectivas à universidade, o que beneficia a todos. Ao trazer estrangeiros para nosso campus, de certo modo o mundo vem para cá”, diz Jacqueline McCafferty, diretora do Centro para Língua e Cultura Americana da Universidade Temple, na Pensilvânia.

A exigência de nota varia. Na Temple, que passou a aceitar o Enem para o ano letivo que começa em setembro de 2020, o ideal é que o candidato tenha desempenho acima de 600 pontos (a escala vai de zero a mil). “(Usar a prova do país de origem) permite que o aluno inicie o processo de admissão com o melhor de si”, diz Jacqueline, que relata ter boa experiência com estudantes do Brasil.

Após uma sequência de quedas, motivada pela crise econômica e pelo fim do Ciência sem Fronteiras, programa federal de bolsas de intercâmbio, o número de brasileiros nos Estados Unidos voltou a crescer. No ano letivo 2018-2019, havia lá 16.059 matrículas brasileiras, segundo o relatório Open Doors, da rede Education USA, afiliada ao

Departamento de Estado americano. O número foi 9,8% mais alto que no ano anterior.

Para Leonardo Trench, da consultoria Gradeup, está em curso um movimento de diversificação na forma de escolher os melhores candidatos. “As universidades olham para outras habilidades e competências.”

Britânicas. Instituições do Reino Unido também passaram a considerar o Enem. Nas universidades Kingston, Glasgow, Birkbeck e Bristol, boas notas no exame abrem as portas para participar dos Foundations Programmes. São projetos de estudo de um ano específico para alunos internacionais, espécie de pré-graduação para quem não cumpriu todos os requisitos do currículo britânico de ensino médio. Nessa fase, o aluno aperfeiçoa o inglês, tem aulas de Redação, metodologia de pesquisa e estudo dirigido.

Na Kingston, em Londres, é cobrado aproveitamento de, no mínimo, 55% no Enem. Já outras instituições, como a Cork College, na Irlanda, aceitam o Enem como critério para ingresso dos que já tenham feito ao menos um ano de graduação reconhecida no país de origem. É possível entrar direto com a nota do Enem, segundo consultores, mas isso só costuma ocorrer se houver notas muito altas.

Mas, com ou sem Enem, o inglês

é o principal desafio. “Ainda é a grande barreira para brasileiros. Por isso, quem quer estudar fora precisa se planejar com bastante antecedência”, explica Juliana Kagami, coordenadora do Prep Estudar Fora, projeto que ajuda gratuitamente alunos que tentam vaga no exterior.

EXEMPLOS

● **Universidade Nova York**
>>O Enem pode substituir o teste americano SAT (Scholastic Aptitude Test)

>>Início da aula: setembro (em alguns cursos há opção de início em janeiro do ano seguinte)
>>Custa cerca de U\$ 55 mil ao ano (R\$ 225 mil)

● **Universidade de Toronto**
>>Enem pode substituir o SAT
>>Início das aulas: setembro
>>Custa cerca de 46 mil dólares canadenses ao ano (R\$ 143 mil)

● **Universidades britânicas**
>>Notas no Enem abrem portas para programas de estudo de um ano voltado para alunos internacionais, os Foundations Programmes.

>>Início das aulas: fevereiro (para os cursos de Medicina, Odontologia e Veterinária); setembro para os demais cursos
>>Custa de 10 mil a 40 mil libras para cursos fora da área de Medicina (de R\$ 54 mil a R\$ 204 mil)

Portugal atrai 13 mil brasileiros; MEC quer acordo na Espanha

Especialista diz que ainda há mitos a quebrar e um curso de Medicina na Europa pode ser mais barato do que no Brasil

A consistência no formato e na aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que teve 5,5 milhões de inscritos este ano, ajuda no reconhecimento do teste no exterior. A prova é o principal meio de acesso ao ensino superior público e privado do País. Contribui ainda o êxito do acordo do Ministério da Educação (MEC) com 47 instituições portuguesas, incluindo a tradicional Universidade de Coimbra, para usar a prova como critério de ingresso.

Diferentemente de Portugal, universidades dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido não têm convênio formal com o MEC. O Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do MEC, disse ao Estado que há negociações com escolas da Espanha, mas não deu detalhes.

“Há entendimento das universidades estrangeiras do nosso sistema de ensino e avaliação. Tudo se iniciou por Portugal, pelo laço histórico. Com o tempo, outros passam a prestar atenção”, diz Leonardo Trench, da consultoria Gradeup. Com a admissão facilitada, o total de universitários brasileiros em Portugal explode. Em 2012 havia 3,2 mil e, no 1.º semestre deste ano, mais de 13 mil. Cursos mais em conta para a classe média, a experiência internacional e o pessimismo com o cenário político-econômico do Brasil pesam na escolha.

Para Matheus Tomoto, da Universidade do Intercâmbio, especializada em ajudar brasileiros a estudar fora, há mitos sobre o preço dessa opção. “Quanto custa a faculdade particular de Medicina no Brasil? Em muitos casos, a Europa é mais barata. O aluno deve pesquisar custos do estudo, hospedagem, alimentação.”/L.A.

DEPOIMENTO

Rafael Carlos Alves Lima, de 22 anos, aluno de Economia na Faculdade de Dartmouth (EUA)

‘Me ajudou a conseguir a vaga e a bolsa’

Minha ideia era estudar Economia, mas pensava em fazer faculdade em São Paulo mesmo. Após uma experiência internacional no ensino médio, aos 16 anos decidi que tentaria fazer faculdade fora. Nesse período aprendi como funcionava o sistema de ensino americano, conheci professores e lugares incríveis e ainda fiquei sabendo que várias instituições oferecem bolsas. Como venho de família bem humilde, precisaria de uma.

Eu me candidatei em 10 instituições americanas; fui chamado em 9. Escolhi a Dartmouth (*universidade no Estado*

de New Hampshire), que faz parte da Ivy League (*grupo de oito instituições de ensino superior de elite dos EUA*), onde comecei a estudar em setembro de 2016. Para passar pelos processos seletivos, tirei um ano sabático depois do ensino médio, para me dedicar só a eles.

Em nenhuma das instituições o Enem era obrigatório, ou eliminava a necessidade de outra prova. Mas o comitê de seleção da Dartmouth me perguntou se eu tinha feito outro teste padronizado além do SAT (*o “Enem americano”*) e depois pediu para ver como fui. Como tive bom desempe-

nho, enviei meus resultados.

Minha nota na redação foi 980 (*em mil*), e mostrei o gráfico do Inep (*órgão que faz o Enem*), que me colocava entre os 0,3% melhores do País. Foi algo que impressionou bastante e me ajudou a ter a vaga e a bolsa. Por isso, sempre aconselho quem foi bem no Enem a enviar a nota, ainda que não seja pedido ou obrigatório.

E a ideia de estudar fora traz uma aura de glamour, encantosa. Mas no dia a dia tem muito estresse, os alunos são competitivos. Não à toa o renome que as instituições têm: são de fato exigentes. **LA.**

O papel da escola

ROSELY SAYÃO

A escola tem passado por maus momentos. Nunca antes a instituição escolar brasileira foi tão atacada. Temos o Escola sem Partido, movimento político que acredita que o número de professores que busca atrair alunos a determinadas correntes ideológicas é enorme. Eles existem, mas não são tantos assim. Já o contingente de professores e alunos que sofrerá grandes consequências – fora os que já sofreram – resultantes dos princípios desse movimento será muito maior em pouco tempo. Se já não for.

Temos um bordão que foi, e ainda é, socialmente difundido por muitas pessoas e repetido por diversas escolas de que a sua função é a de instruir porque cabe à família educar. Quem repete esse conceito se esquece que, em família, os mais novos ocupam o papel social de filho, mas que, fora da família, exercem outras funções. Além disso, instruir e educar são dois conceitos inseparáveis: ao usar um deles, se aplica, necessariamente, o outro.

Temos também a educação domiciliar, que tem crescido. Pais de milhares de crianças decidiram deixar seus filhos fora da escola para ensinar os conteúdos escolares em casa. Deixam também os filhos longe do encontro com a diversidade de todos os tipos, é claro.

Como se não bastasse, pelo jeito agora teremos também um canal de atendimento, a ser criado pela ministra

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, segundo notícias que li, para que professores denunciem – denunciem! – pais que não acompanham a vida escolar dos filhos. Agora, sim: a sociedade, em guerra declarada à escola, quer colocar pais contra professores e vice-versa. Em vez disso, seria importante entendermos melhor as funções da escola para defendê-la!

Quando uma criança nasce, a família se torna responsável por acompanhar seu desenvolvimento e ensinar o básico para que aprenda a conviver com os outros. Falar, ouvir, comunicar-se, fazer refeições, vestir-se adequadamente, colaborar. Esse é o processo que se chama socialização primária e coloca a criança no processo civilizatório.

Ocorre que, em casa, todas as famílias têm as próprias regras e modos de viver e isso é possível porque a família vive na intimidade do espaço privado. E mais: toda a influência familiar que os pais podem passar aos filhos se deve à afetividade. O mundo fora de casa é bem diferente: tem suas próprias regras, gente de todo tipo, tem também ambientes hostis – algumas famílias também têm hostilidade com as crianças –, e demanda conhecimentos específicos para ser compreendido. Para isso serve a escola: colaborar para que os alunos compreendam melhor o mundo – e possam viver melhor – à luz do conhecimento sistematizado, para que

eles aprendam a conviver com os diferentes de forma respeitosa. É a chamada socialização secundária.

A escola é a instituição que faz a passagem da família para o mundo. Não é fácil. Os mais novos tentam reproduzir na escola o que aprenderam em casa ou lá fazer o que não podem em casa. Por isso, a escola precisa ser cuidada, protegida. Professores e pais precisam ser parceiros sem misturar papéis. Chamamos de parceria boa quando os pais atendem às demandas que a escola encaminha a eles. Isso não é parceria. Quem frequenta a escola sabe que é comum ouvir a respeito de “pais ausentes” sobre os que não comparecem às reuniões por ela convocadas, sem ouvir a disponibilidade deles, ou de pais que não fazem a lição de casa com os filhos.

Pois saiba que pai ausente em reunião escolar pode ser muito presente na vida dos filhos, e presente às reuniões pode não apresentar interesse verdadeiro pelo filho. A criança, ao crescer, enfrentará inúmeras dificuldades na vida, portanto deve ser estimulada a enfrentar suas próprias batalhas. E a escola é a primeira que ela deve enfrentar sozinha, sem a ajuda dos pais. Isso é o tal preparo para o futuro, para a vida.

Essa é a primeira batalha que a criança deve enfrentar sozinha, sem ajuda dos pais

**O EXTERMINADOR
DO FUTURO**

Quando foi indicado para substituir Vélez Rodríguez na Educação, Abraham Weintraub ouviu do então ministro Santos Cruz palavras de apoio e solidariedade. “Se precisar, estamos prontos aqui para contribuir num projeto de reforma da Educação”, disse o general que ocupava a Secretaria de Governo. Weintraub respondeu mais ou menos assim: “Reforma? Que reforma? Eu vou é destruir tudo para depois construir de novo”. Quem ouviu achou que era uma bravata.

TV Escola é despejada do Ministério da Educação

Contrato com Roquette Pinto não será renovado; MEC estuda passar atividades do canal a outra instituição pública

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Funcionários da TV Escola tiveram que fazer ontem uma mudança às pressas da sua sede, no Ministério da Educação. Pertences pessoais e equipamentos foram retirados após a queda de uma liminar que permitia a permanência da emissora nas dependências da pasta. O MEC informou que o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, responsável por gerenciar a TV Escola, se encerra no fim deste ano e não será renovado.

Em outubro, a TV recebeu um ofício assinado por Waleska Resende Gonçalves, coordenadora-geral substituta de Recursos Logísticos, pedindo que eles saíssem da sala até 29 de novembro. Os advogados da TV encaminharam, então, questionamentos sobre a

legitimidade da coordenadora para assinar aquele ofício. Segundo o assessor jurídico da TV, Flávio Souza, não houve resposta.

Sem retorno, os advogados da TV entraram com um mandado de segurança pedindo a nulidade da ordem e o prazo de 90 dias para desocupação e adaptação contratual. Pediram ainda a extensão do tempo para que os gastos extras da mudança fossem incluídos no orçamento. A liminar foi aceita pela juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20ª Vara Federal do Distrito Federal. Segundo a decisão, não havia prazo adequado para a retirada e adequação contratual por conta dos gastos extras. A liminar foi derrubada na quinta-feira pela mesma juíza. Segundo a decisão, as atividades realizadas pela TV não eram atividades de apoio ao ministério e, portanto, não se enquadrariam na lei que permite a cessão de espaço. Flávio Souza disse que a relação da empresa com a pasta passou de “amistosa nos cinco anos que tiveram de contrato para hostil” nos últimos meses.

REPLAY Não passou despercebida a fala de Abraham Weintraub (Educação), na quinta (12), de que a sua gestão abriu cinco universidades federais em 2019, nas suas palavras, “a maior expansão em décadas”.

MEU EX Expectadores, porém, lembram que as instituições citadas — Jataí (GO), Catalão (GO), Agreste de Pernambuco, Rondonópolis (MT) e Delta do Parnaíba (PI)— foram criadas por leis aprovadas em 2018, no governo Michel Temer.

Após polêmica com Olavo, Weintraub despeja TV Escola e encerra contrato

Não há certeza sobre a continuidade do canal; Weintraub teria tentado fazer indicações para cargos

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro decidiu não renovar o contrato de gestão com a Associação Roquette Pinto, que gerencia a TV Escola.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, determinou um despejo da TV Escola das dependências do MEC (Ministério da Educação).

Não há certeza sobre a continuidade do canal. Segundo a Folha apurou, Weintraub e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, tentaram indicar pessoas para a associação e influenciar nos rumos na TV.

A alta cúpula da Associação Roquette Pinto avalia que a atitude do governo é uma retaliação porque as indicações não foram acolhidas.

Nesta semana, a emissora passou a transmitir uma série sobre a história do Brasil com visão revisionista, ideológica de direita e conservadora, com entrevistas do escritor Olavo de

Carvalho, guru do bolsonarismo.

Profissionais da TV Escola recolhem equipamentos desde a manhã desta sexta-feira (13). Um caminhão de mudança está na porta do MEC para levar os materiais para um depósito em Brasília.

Um ofício de outubro pedia a desocupação do espaço, uma sala no 9º andar do prédio do MEC. Naquele momento, o argumento era sobre a necessidade de uma reforma no espaço.

A associação tentou na Justiça, em 29 de novembro, um prazo maior para efetuar a mudança, mas a Justiça derrubou liminar nesta quinta-feira (12).

"Com a queda liminar, de fato, é um despejo", diz Flavio Pereira de Sousa, da assessoria jurídica da Roquette Pinto.

A TV Escola existe desde 1995 com conteúdo educacional voltado para professores e estudantes. A emissora é responsável, por exemplo, pela transmissão da Hora do Enem, com conteúdo de preparação para o exame.

Em julho, Onyx encaminhou a Weintraub a indicação de dois

aliados para que fossem contratados, segundo cópias das indicações obtidas pela Folha. São eles o ex-deputado Marcelo Jandre Delaroli (do PR-RJ, que esteve na Casa Civil) e Glenio Josino de Camargo, que assessora um deputado na Câmara.

Os dois deveriam ser, respectivamente, superintendente da TV Escola em Brasília e assessor dessa superintendência. Um deles chegou a exigir o valor da salário, segundo relatos ouvidos pela Folha.

Weintraub é próximo de Onyx, de quem foi assessor na Casa Civil antes de assumir o MEC. Quando ainda estava na Casa Civil, Weintraub chegou a encaminhar à associação, segundo a Folha apurou, uma relação de dez pessoas para serem absorvidos na TV Escola. O que não foi atendido.

No ano passado, a Roquette Pinto recebeu R\$ 73 milhões do MEC por meio de um contrato de gestão. Além de gerenciar a TV Escola, a associação também é responsável TV Ines, canal voltado a surdos, e pela Cinemateca.

O MEC atrasou repasses neste ano para a associação, em torno de 40% dos R\$ 70 milhões previstos, o que vinha dificultando as operações.





Apesar de ser uma associação independente, a direção e o quadro de funcionários são escolhidos com grande influência pelo MEC. O diretor-geral, Francisco Câmpera, foi indicado ainda na gestão do ex-ministro Ricardo Vélez.

A associação ainda abrigou integrantes da ala mais ideológica do governo, como Eduardo Melo, que é diretor adjunto.

O MEC confirma que o contrato não será renovado, mas defende que "estuda a possibilidade de as atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública". A pasta não respondeu qual o motivo do encerramento e do despejo.

Nos bastidores circula a informação de que o ministério quer repassar as atividades do canal para a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação). A marca TV Escola pertence à Associação Roquette Pinto.

Em nota, a Roquette Pinto informou que tentou "inúmeros contatos com assessores do Ministério e com o próprio ministro no sentido de solicitar uma prorrogação do prazo para a desocupação afim de poder achar um local adequado. Não recebeu nenhuma resposta".

A associação reúne 369 funcionários, sendo que cerca de 200 deles atuam na TV Escola. Um assessor próximo a Câmpera afirmou à reportagem que ele espera intervenção do presidente Bolsonaro na situação.

Para enfraquecer o diretor, o ministro da Educação e aliados, como seu irmão, Artur Weintraub (assessor de Bolsonaro) insistem para Bolsonaro que Câmpera é de esquerda por ter veiculado um documentário sobre Rosa Parks, ícone americana do movimento negro por ter se recusado a ceder lugar em um ônibus em 1955.

MEC não renova contrato com gestora da TV Escola

Mateus Vargas / BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que não renovará o contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), responsável por gerir a TV Escola. O contrato se encerra no fim deste ano e o ministro Abraham Weintraub ordenou que funcionários da emissora deixassem o prédio do ministério. Um caminhão de mudança estacionou ontem na frente do MEC para levar os pertences da equipe.

Questionado se encerrará as atividades da TV Escola, o Ministério da Educação afirmou que “estuda a possibilidade de as atividades do canal serem exercidas por outra instituição da administração pública”, sem indicar qual. No ano passado, o contrato com a Roquette Pinto foi de R\$ 73 milhões, mas sofreu redução neste ano.

O canal foi criado em 1995 e é transmitido em rede aberta em

algumas cidades do País. A TV chegou a fazer parte do MEC, mas desde 2015 mantém apenas contrato de gestão com a pasta para produção de conteúdo e gestão operacional.

No início desta semana, virou alvo de polêmica ao anunciar em sua programação a série Brasil:

A Última Cruzada, lançada pela produtora Brasil Paralelo. No episódio inicial, a série tem a participação do escritor Olavo de Carvalho, guru da ala ideológica do governo Jair Bolsonaro, que conseguiu indicar muitos nomes para o MEC no início da gestão.

A série da Brasil Paralelo faz releituras sobre a ditadura militar e outros períodos históricos do Brasil sob viés conservador. A inclusão desse material na grade da TV Escola causou a reação de historiadores, mas foi comemorada nas redes sociais. “Temos uma lindíssima história e ela há de ser recuperada. Agora: Brasil Paralelo na TV Escola”, comentou o deputado

Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) na segunda-feira.

Expulsão. Em nota, a Roquette Pinto afirmou que Weintraub “expulsou” a TV Escola do prédio do MEC. Segundo a associação, a ordem do ministro era para que a desocupação ocorresse até 29 de novembro, mas, com dificuldade de encontrar um novo espaço para acomodar a equipe da TV, pediu, na Justiça, a prorrogação do prazo.

Uma liminar que garantia a permanência da equipe na sede do ministério foi cassada nesta quinta-feira.

“A direção da Roquette Pinto Comunicação Educativa, que faz a gestão da TV Escola, tentou inúmeros contatos com assessores do ministério e com o próprio ministro, no sentido de solicitar uma prorrogação do prazo para a desocupação, a fim de poder achar um local adequado. Não recebeu nenhuma resposta”, afirmou a Roquette Pinto na nota.

MEC na mira

O nome de Mendonça Filho, do DEM, ex-ministro da Educação de Temer, está posto na mesa de Bolsonaro para o lugar de Abraham Weintraub, que saiu de férias anteontem. É a segunda vez que isso acontece - ele ficou no "quase" em abril, com a saída do então ministro Ricardo Vélez. Desta vez, ao que apurou a coluna, nomes influentes entraram em seu favor.

Procurado, o ex-ministro, hoje consultor na Fundação Lemann, desconversou e disse que não iria comentar.

Na mira 2

A seu favor, o trabalho dele à frente do ministério, mais o fato de ser do Nordeste e de ter apoiado Bolsonaro no segundo turno - o que surpreendeu até aliados.

E contra? Olavistas e uma ala do DEM que inclui Rodrigo Maia. O partido ensaia uma aliança com o PSL... de Bivar.

Na mira 3

Para a cadeira de Weintraub, que não seria demitido, mas realocado, entram no jogo mais três currículos. Os do pró-reitor da FGV, Antonio Freitas, do economista Ricardo Braga, que já é secretário no MEC, e do atual diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos.

MEC despeja associação que geria TV Escola

A movimentação de funcionários descendo com material para transmissão de TV, entre outros, e levando para dentro de um caminhão de mudanças, chamou a atenção de quem passava pelo bloco do Ministério da Educação (MEC), ontem de manhã. O motivo do vaivém: a pasta decidiu pela não renovação do contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), responsável por gerir a TV Escola, despejada por ordem do ministro Abraham Weintraub.

A justificativa para a decisão é a de que a associação supostamente não aceitou as indicações políticas para cargos, feitas por Weintraub. Em outubro, um ofício determinou que a sala do 9º andar do MEC fosse desocupada. A associação foi à Justiça, em 29 de novembro, pedindo um prazo maior para efetuar a mudança, mas a liminar foi derrubada ontem.

O despejo foi tenso. Durante a remoção, seguranças do MEC questionaram se o material levado para o caminhão pertencia realmente à Roquette Pinto, e pediram que fossem retirados e recolocados no prédio para recontagem. Uma pequena confusão se formou. Após negociação, o transporte levou os itens. A associação entrou ainda com uma liminar para garantir a saída, na próxima segunda-feira, daquilo que ainda resta no MEC.

O TV Escola já havia sofrido uma redução em seu investimento anual, de cerca de R\$ 73 milhões para R\$ 40 milhões, no início de 2019. Questionado se fechará o canal, o MEC afirmou que “estuda a possibilidade de as atividades serem exercidas por outra instituição da administração pública”. Com programação voltada para o magistério, o TV Escola, que é aberto, foi criado em 1995 e é transmitido para algumas cidades. Fez parte do MEC, mas, desde 2015, mantém apenas contrato de

gestão com a pasta para produção de conteúdo e gestão operacional. Além de gerenciar o canal, a Roquette Pinto também é responsável pela TV Ines, voltada para os surdos, e pela Cinemateca. Recentemente, havia aberto espaço para a série Brasil Sem Medo, de Olavo de Carvalho, que comentava fatos da história brasileira sob a visão conservadora.

Ao Correio, o porta-voz da associação, Henry Wender, disse que a decisão do despejo causou surpresa, e que a entidade está preocupada em saber como será feita a transferência de material acumulado ao longo do tempo. O contrato, porém, terminaria neste final de ano.

“Como ou quando será a transição para a EBC ou outro órgão? Tem uma série de professores que aproveitam esse período para se capacitarem para o ano que vem por meio dos programas. A não renovação foi abrupta.”

Universidades e o caminho do meio

Que as universidades públicas cumprem papel estratégico no desenvolvimento do Brasil é fato indiscutível. Não só no Brasil, mas em todo o mundo. O conhecimento científico e tecnológico se enquadra hoje como sendo o principal capital de uma nação. Países que compõem o clube dos ricos são, invariavelmente, os mesmos que investem pesado em universidades e pesquisas, e têm nesse setor o lastro de seus sucessos. Tanto na formação de recursos humanos de excelência como na produção de conhecimento nas diversas áreas da ciência, as universidades se mostram fundamentais tanto para a promoção da cidadania como para a manutenção da cultura e de outros aspectos que compõem rica herança histórica do nosso país.

Por esse papel estratégico da maior relevância é que as universidades públicas necessitam nesse momento de uma maior compreensão e aceitação, não só por parte da população que arca com esses custos, mas, principalmente, por parte do atual e de todos os governos que venham a comandar o país. Para tanto, as universidades federais devem alcançar uma posição de equidistância dos governos, principalmente quanto ao aspecto ideológico trazido por cada grupo de mandatários.

É essa equidistância que pode conferir um verdadeiro papel de respeitabilidade e independência das instituições, dando a cada uma a isenção natural e necessária para que

possa tanto criticar e apontar caminhos como apoiar sem se imiscuir ou comprometer-se em assuntos que não dizem respeito direto as universidades.

É fato incontestável que, por muitos anos, nossas universidades públicas foram aparelhadas politicamente por grupos de esquerda, interessados apenas nos aspectos de conquista do poder, e não na diversidade de opiniões e pensamento. É inegável que em muitos casos, o objeto do saber técnico e humano foi relegado a segundo plano, ou posto de lado simplesmente.

Obviamente que a sociedade começou a reparar nessa mudança de foco das universidades. Também a contradição gritante que fazia com que as instituições de ensino passassem a ser frequentadas quase que exclusivamente por alunos oriundos das altas classes sociais, enquanto os filhos de famílias de menor renda eram, na maioria, obrigados a estudar em instituições privadas, acendeu a luz vermelha junto à sociedade.

Na verdade, eram os pobres que acabavam erguendo, com impostos, os degraus por onde iriam galgar os alunos das instituições públicas do terceiro grau, aumentando o fosso entre privilegiados e desfavorecidos, num mecanismo cruel e sem solução. A abdução de entidades representativas tanto dos trabalhadores na educação como dos próprios alunos pelos partidos de esquerda, contribuiu para um maior distanciamento entre a sociedade e essas instituições, fato que acabou servindo de pretexto também para um certo clima de animosidade entre o

atual governo de direita e as universidades.

Transformadas em apêndice de partidos políticos de esquerda, as universidades foram perdendo sua isenção acadêmica e transformando-se em redutos de reação política contra o governo, com prejuízos para todos. De interlocutora confiável dos problemas nacionais, as universidades passaram a porta-vozes acadêmica de partidos e em permanente confronto com as autoridades.

Com boa parte dos alunos e professores transformados em militantes, cabe agora a essas instituições repensar seu papel na evolução da universalidade social brasileira, tomando o devido distanciamento tanto da direita como da esquerda, escolhendo, talvez o caminho do meio e, com isso, reconquistar o respeito perdido junto à sociedade, que é a sua verdadeira patrona.

A frase que foi pronunciada

“Se um homem é um tolo, você não o treina para não ser tolo, enviando-o para a universidade. Você apenas o transforma em um tolo treinado, 10 vezes mais perigoso.”

Desmond Bagley, jornalista e romancista britânico falecido em 1983

IPVA

» Anúncio para todos os lados dão conta de que as alíquotas do IPVA passarão de 3,5% para 3%. Parece uma grande vitória do governador Ibaneis. A população tem mais





problemas para enfrentar os preços nos mercados, que estão fugindo do controle.

História de Brasília

Mas o gabinete não cairá. Ainda há muita nomeação para fazer, e, prevalecendo a tese do sr. Aurélio Viana, o gabinete só cairá quando não tiver mais cargos para ceder.
(Publicado em 12/12/1961)